

CONCEITOS, POLÊMICAS E CONTROVÉRSIAS

Esta seção tem por objetivo focalizar conceitos e/ou fomentar polêmicas em assuntos gerais relacionados às áreas de ensino superior e/ou pesquisa e/ou extensão universitária.

A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO NA PRÁTICA*

*Dinéia Hypolito***

Resumo: O eixo do debate educacional foi deslocado do tema da alfabetização para o tema da educação básica, após a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (1990), Tailândia. A partir daí a educação começou a ter um novo enfoque: a universalização da educação básica. A esse novo enfoque associou-se também o conceito de necessidades básicas de aprendizagem. Portanto, a escola continuará sendo o principal canal de acesso às necessidades básicas de aprendizagem, mas terá que levar em conta outros veículos de formação (formal ou não-formal) como o rádio, a televisão, as bibliotecas, os clubes, o computador, a *Internet* etc.

Palavras-chave: educação, necessidades básicas, aprendizagem, equidade e autonomia.

Title: *Equity in basic education: a practical challenge*

Abstract: *The axis of the educational debate has been shifted from the teaching of reading and writing to basic education after the World Conference on Education for All in Jomtien (1990), Thailand. From that year on education had a new goal: the universal need for basic education. This new goal was associated to the concept of basic needs in learning. Therefore, the school will remain the main means of reaching the basic needs in learning but it will have to consider other formation vehicles (either formal or non-formal) such as radio, television, libraries, clubs, computers, the Internet, etc.*

Key words: *education, basic needs, learning, equity and autonomy.*

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien¹, na Tailândia (1990), foram discutidas as necessidades básicas de aprendizagem. O eixo do debate educacional do Terceiro Mundo deixou de ser a alfabetização para se concentrar na universalização da educação básica. Tal enfoque inclui a alfabetização no conceito de educação básica, decorrendo daí um novo significado tanto para uma quanto para outra. Segundo GADOTTI (1995), os excluídos da educação básica continuaram os mesmos, os chamados analfabetos continuaram analfabetos. No entanto, a nova proposta pode mudar a prática educativa.

Existem mesmo analfabetos?

“Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo, costuma dizer o educador brasileiro Paulo Freire” (GADOTTI, 1995:288).

Segundo essa proposição, não existem analfabetos e sim pessoas que, na idade própria, não tiveram acesso à educação.

O Documento de Referência da Conferência de Jomtien assim define a educação básica:

“a educação básica refere-se à educação que objetiva satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem; inclui a instrução mínima primária ou fundamental, na qual a aprendizagem subsequente deve ser baseada; compreende a educação infantil e primária (ou elementar), bem como a alfabetização, a cultura geral e as habilidades essenciais na capacitação de jovens e adultos; em alguns lugares inclui também o ensino médio”².

Tais necessidades referem-se “ao conhecimento, às habilidades, às atitudes e aos valores necessários para as pessoas sobreviverem, desenvolverem a qualidade de suas vidas e continuarem aprendendo.”

Teceremos alguns comentários a respeito dessas definições:

* Data de recebimento para publicação: 07/12/2000.

** Coordenadora de Estágio Supervisionado do Curso de Formação de Professores da USJT; Mestre em Educação e Currículo pela PUC-SP; Supervisora aposentada da Secretaria da Educação – SP.

¹ O Brasil participou, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela PNUD – UNESCO – UNICEF – BANCO MUNDIAL. Dessa conferência resultaram posições consensuais, sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, que constituíram as bases dos planos decenais de educação, principalmente para os países de maior população no mundo, signatários desse documento: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, Nigéria e Paquistão.

² O Documento de Referência da Conferência de Jomtien foi preparado pela Secretaria da Comissão Inter-Agências e publicado um mês depois da realização da Conferência, “Satisfazendo as Necessidades Básicas de Aprendizagem: Uma Visão para os Anos 90” (PNUD – UNESCO – UNICEF – BANCO MUNDIAL, 1990).

- a educação básica não se destina somente às crianças, mas também aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade própria;
- supõe uma articulação entre a educação formal e a informal, disso decorrendo a necessidade de a escola formal articular-se com a comunidade;
- por seu caráter objetivo e articulador, o conceito de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem constitui orientação importante para a formulação de políticas.

“Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos fundamentais da aprendizagem (a alfabetização, a expressão oral, a aritmética e a solução de problemas) quanto o conteúdo básico da aprendizagem (conhecimentos, capacidades, valores e atitudes) de que necessitam os seres humanos para sobreviver, desenvolver plenamente suas possibilidades, viver e trabalhar dignamente, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar sua qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo”³.

Compreendemos o caráter objetivo porque os instrumentos de aprendizagem são bem explicitados (ler, escrever, contar, expressar-se, resolver problemas) são chamados códigos da modernidade e são instrumentos para viver e conviver em sociedades de informação, nas quais o conhecimento é prioritário para a qualidade de vida.

O conceito de necessidades básicas de aprendizagem⁴ é articulador na medida em que centra toda a atenção no ensino-aprendizagem, destacando três elementos embutidos no conceito: a capacidade de resolver problemas, a capacidade de decisões fundamentadas e, o mais importante deles, a capacidade de continuar aprendendo.

Essas necessidades básicas de aprendizagem apontam para um modelo institucional dos sistemas de ensino que permitam maior abertura para o meio social, tanto do sistema como um todo quanto para cada unidade escolar.

Pelo novo enfoque dado à educação básica pela Conferência de Jomtien, a escola continuará sendo o principal canal de acesso às necessidades básicas de aprendizagem. Mas deverá levar em conta outros veículos de formação: o rádio, a TV, os clubes, as bibliotecas...

Na definição de educação básica dois princípios devem ser salientados: equidade e autonomia⁵.

A equidade não se restringe ao acesso à educação, mas inclui a permanência com qualidade. Já a autonomia,

tema pouco discutido em Jomtien, é indispensável como complemento da equidade.

“As políticas de promoção de autonomia da escola devem, portanto, incluir as condições e os insumos básicos necessários para a constituição de identidades escolares próprias, voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do sistema como um todo, flexíveis para interagirem com os meios sociais e alunados heterogêneos e organicamente articuladas às instâncias centralizadas do sistema, cujos papéis deverão sofrer uma profunda revisão” (MELLO, 1994:119).

Os dois princípios levam a refletir seriamente sobre o nosso sistema escolar atual: incapaz de oferecer uma educação de qualidade para todos.

Promover a equidade significa dar oportunidade a todos, para que possam alcançar e manter um nível aceitável de aprendizagem, melhorando a qualidade de educação que é oferecida hoje.

A Conferência de Jomtien deu um passo importante na direção da democratização da educação, mas não mostrou o caminho, o qual deve ser traçado levando-se em conta cada contexto.

Questionamos então: em que consiste o desafio da educação básica?

A resposta é fácil: a sua própria universalização. Estamos diante de um quadro desastroso no Brasil: 19 milhões de analfabetos, só a metade dos alunos termina a 8ª série do ensino fundamental; e ainda ocupamos a sétima posição no mundo em analfabetismo⁶.

Segundo Palma⁷:

“Metade dos alunos não conclui a 8ª série do Ensino Fundamental:

1º Dado: Apenas 1/3 dos alunos conclui a 8ª série sem nenhuma repetência;

2º Dado: Menos da 1/2 conclui a 8ª série com repetência;

Conclusão: Mais da metade não conclui a 8ª série do ensino fundamental.”

O que é difícil e complexo é o cumprimento desse desafio na prática e, mais uma vez, nos deparamos com a ambigüidade do discurso.

Para enfrentar esse desafio, propõem-se alianças ou parcerias entre órgãos públicos responsáveis pelo ensino e movimentos organizados da sociedade civil, o que facilita o contato com a comunidade local.

“Vale a pena ressaltar que, em países como os da América Latina, com destaque para o Brasil, o grande desafio da nova qualidade de ensino será o de garantir a equidade nos pontos de chegada. No entanto, essa equidade não se atingirá partindo de propostas e ordenamentos homogêneos e sim de

³ PNUD/UNESCO/UNICEF/BANCO MUNDIAL. *Declaração sobre educação para todos. Plano de Ação para satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem.* Jomtien: 1990 (versão portuguesa). UNICEF, Brasília: s.d.

⁴ Rosa Maria Torres em seu livro *“Que (e como) é necessário aprender?”* – faz uma análise crítica sobre o enfoque das necessidades básicas de aprendizagem (NEBA – Campinas, SP: Papirus, 1994).

⁵ *Equidade em educação: justiça perante o direito humano fundamental de acesso à educação, pelo menos em nível básico. Autonomia é a capacidade de auto determinação, perante o direito universal de acesso à educação.* Ver Conceitos analisados em GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis.* São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1995:290-1.

⁶ Fontes: MEC – SAEB (Sistema Nacional de Educação Básica) de 1995, Censo Educacional de 1994 e Departamento de Estatística Educacional.

⁷ Dados extraídos da entrevista gravada com o professor João Palma Cardoso Filho em 08/07/96 – São Paulo.

práticas escolares e modelos de gestão construídos a nível local, que permitam incorporar necessidades desiguais e trabalhar sobre elas ao longo do processo de escolarização, de modo a assegurar acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos” (MELLO, 1994:43).

Segundo ROMÃO (1992), na busca de enfrentamento prático do desafio que representa a educação básica em muitos países, aparece como força inédita uma instância educativa: o poder local, em particular dos municípios. Os países que conseguiram melhores resultados na expansão das oportunidades educacionais, além da vontade política de seus governantes, apoiaram-se na força da comunidade.

Redes gigantes de ensino como a do Estado de São Paulo, com aproximadamente 6,7 milhões de alunos e 6.726⁸ escolas tornam-se ingovernáveis e distantes da população. Por esse motivo, os órgãos municipais de educação são os mais qualificados pela proximidade com os problemas locais para planejar e gerir a educação básica.

“A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo é o maior empregador do país. Só de professores são 240 mil neste ano, responsáveis por 6,7 milhões de alunos. Uma das saídas para aumentar os salários e elevar a qualidade das aulas é entregar escolas para os municípios, diz Hubert Alqueres, secretário-adjunto do Órgão” (Folha de São Paulo, 05/05/1996).

Os dirigentes municipais precisam assumir a escola pública estadual, como serviço pelo qual são responsáveis diretamente ou como representantes eleitos. A comunidade local precisa entender que muito pode ser feito para melhorar as escolas se houver participação responsável de todos os cidadãos.

De acordo com MELLO (1994), muitas experiências municipais inovadoras, educacionais e pedagógicas, têm sido realizadas recentemente, provando que é possível melhorar o ensino público quando a administração coloca a escola entre suas prioridades e a população local se compromete com ela.

Planos de educação elaborados em gabinetes por técnicos, mesmo que especializados, nunca deram certo e isso nós da escola pública vivenciamos até os dias de hoje... Só se reverterá esse quadro perverso, na escola pública, se a sociedade priorizar a educação. Por isso, um dos maiores desafios da educação básica está na mobilização social em torno da valorização da escola e do saber.

Embora seja dever do Estado a oferta do acesso gratuito e democrático à educação, a equidade só será alcançada pela luta conjunta de educadores e comunidade, discutindo, propondo e participando organicamente da elaboração da política educacional. E isso passa, necessariamente, pela politização do professor,

concretizável pela busca constante de conceber a sua formação em serviço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, 15ª impressão.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 1994.
- PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Brasília: MEC, 1993, versão atualizada.
- PNUD/UNESCO/UNICEF/BANCO MUNDIAL. *Declaração sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: 1990 (versão portuguesa). UNICEF, Brasília, s.d.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Poder local e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- TORRES, Rosa Maria. *Que (e como) é necessário aprender?: necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares*. Tradução Talia Bugel. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).

⁸ Fonte: SE/ATPCE/CIE – datada de 14/05/96.